

Referência: GOMES, Christianne L. Verbete Lazer – Ocorrência histórica. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.133-141.

LAZER – OCORRÊNCIA HISTÓRICA – A questão da emergência do lazer em nosso contexto se coloca em terreno de dúvidas e controvérsias que dividem os estudiosos do assunto. Neste âmbito, é pertinente retomar uma crucial indagação: o lazer sempre existiu, ou representa um fenômeno característico das modernas sociedades urbano-industriais?

A busca de respostas para esta polêmica questão demanda, inicialmente, conhecer alguns argumentos elaborados pelas duas abordagens que discutem a questão, seguidas das objeções dirigidas à tendência contrária. Embora para muitos estudiosos seja enfadonho retomar esta velha polêmica, ela se revela pertinente e atual para aqueles que ainda não têm conhecimentos e opiniões categóricas sobre o tema. Ao invés de apontar uma resposta definitiva, este texto procura estimular reflexões sobre a emergência do lazer em nosso contexto.

Em geral, os adeptos da primeira corrente situam a origem do lazer nas fases antigas da nossa história. Esta é a interpretação enunciada, entre outros autores, por Sebastian De Grazia (1966). Para o autor, falar das origens do lazer significa reportar-nos às idéias constituídas pelos gregos no mundo mediterrâneo após o declínio da civilização creto-micênica (processada de 1200 a 900 a.C.). Segundo sua visão, os povos primitivos e as civilizações do Oriente, do Egito ou da Pérsia que antecederam este período não “tinham lazer”.

Assim, a vida social dos filósofos da antiga Grécia representa o ponto de partida para o estabelecimento de reflexões históricas sobre o lazer. O grego *Skholé* era um termo que, no uso comum, denotava um tempo desocupado, um tempo para si mesmo que gerava prazer intrínseco. Entre os gregos, quem mais empregou esta palavra foi Aristóteles. Para este filósofo, o “lazer” era um estado filosófico no qual cultivava-se a mente por meio da música e da contemplação. Este estado seria alcançado apenas por aqueles que conseguiam libertar-se da necessidade de estar ocupado (e de realizar o trabalho produtivo, que era visto como indigno). O ideal clássico de “lazer” indicava, portanto, distinção social, liberdade, qualidade ética, relação com as artes liberais e busca do conhecimento (De Grazia, 1966).

Antes de prosseguir, é essencial chamar a atenção para alguns aspectos importantes. O título original da obra de Sebastian de Grazia é “Of time work and leisure”, assim traduzido para o espanhol: *Tiempo, trabajo y ocio*. Muitos ficam duvidosos ao consultar a tradução espanhola do livro, porque, quando o autor faz alusão à vida social dos filósofos gregos, por exemplo, está falando de lazer... ou de ócio? Pelas observações efetuadas por De Grazia, é possível identificar uma certa confusão entre ócio e lazer – termos que, na língua portuguesa, nem sempre são entendidos como sinônimos. Além disso, a palavra “lazer” não integra a língua espanhola, e, no caso, o vocábulo “ocio” é aquele cujos significados são mais próximos. Isso gera complexos problemas de tradução que acabam interferindo sobremaneira em nossa compreensão sobre o processo de constituição histórica do lazer. Por este motivo, quando o termo espanhol “ocio” (sem acento e entre aspas) for empregado neste texto, será utilizado com sentidos semelhantes à nossa palavra lazer.

Frederic Munné, embora discorde de Sebastian De Grazia em muitos pontos, também é favorável à tendência de que a ocorrência do lazer antecede a Idade Moderna. Para este psicólogo social, o “ocio” é um modo típico de nos comportarmos

no tempo, que se estrutura em quatro áreas de atividade: 1) o tempo psicobiológico (destinado a necessidades fisiológicas e psíquicas); 2) o tempo socioeconômico, fundamentalmente referido ao trabalho; 3) o tempo sociocultural, em que nos dedicamos à vida em sociedade, e 4) o tempo de “ocio”, destinado a atividades de desfrute pessoal e coletivo (Munné, Codina, 2002).

O autor assinala que a visão grega não foi incorporada pelos romanos – com exceção de Sêneca, que seguiu o pensamento de Aristóteles. Roma introduziu a noção de *otium* (termo latino que constitui a origem etimológica do vocábulo “ocio”) como possibilidade de “descanso para o corpo” e “diversão para o espírito”, condição necessária para retomar os negócios: trabalho no comércio, exército, política, serviço público. Este entendimento pode ser encontrado principalmente em Cícero, para quem o *otium* era estratificado socialmente: estava associado, no caso das elites intelectuais, com a meditação. Porém, no que se referia às pessoas comuns, significava descanso e divertimento proporcionados, sobretudo, pelos grandes espetáculos. Tratava-se do “pão e circo” oferecido pelos imperadores e cônsules ao grande público, estratégia que tinha como finalidade despolitizar o povo, reduzido à condição de mero espectador. Com isso, Munné (1980) observa que no contexto romano o sentido que prevalece não é o de desocupação, mas de *diversão*.

Considerando a importância dos divertimentos para a compreensão do processo histórico do lazer, podem ser citados os estudos de Ethel Bauzer Medeiros (1975). Para a autora, o lazer “corresponde a uma das necessidades básicas do ser humano” (p.1), não sendo, portanto, preocupação característica das sociedades industriais. Medeiros parte da literatura portuguesa do medievo para indicar o que alguns poetas vinham dizendo, através dos tempos, sobre o lazer e a respeito de uma das formas mais tradicionais de o ocupar: a recreação, por ela compreendida como atividades recreativas diversas: jogos, danças campestres, banquetes, músicas, pescarias, contos de poesia, folguedos populares, bailes e festas, feiras e romarias. A autora deixa transparecer sua concepção de lazer como um tempo de folga decorrente da interrupção do trabalho, no qual poderiam ser realizados divertimentos vários. Conforme seu pensamento, esses momentos de folga sempre existiram.

A Idade Média caracterizou-se por uma economia predominantemente agrícola e por uma sociedade fechada entre a nobreza que possuía terra e os camponeses que viviam em estado servil. Foi um período marcado pelo recuo da noção de Estado onde prevaleceu um sistema de pensamento fundamentado na lei religiosa e definido pela Igreja, representada pelo clero (Werneck, 2000). Nos inúmeros feriados existentes no período, os poderes hegemônicos procuravam controlar as festas e divertimentos, procurando conferir às práticas culturais o caráter de culto e de cerimônias oficiais sérias. As festas oficiais consagravam a desigualdade, a imutabilidade e a durabilidade das hierarquias, das normas e dos tabus religiosos, políticos e morais. Mesmo com a vigência desses preceitos, a cultura popular na idade média e no renascimento proporcionou outras visões deliberadamente não-oficiais que procuravam subverter a ordem social estabelecida por meio de ritos e espetáculos cômicos. Essas manifestações culturais ocupavam lugar de destaque na vida medieval e contrastavam com as festividades oficiais. Os carnavais, por exemplo, levavam multidões às praças e ruas durante vários dias, questionando a verdade dominante e o regime vigente, como anuncia Bakhtin (1979).

Munné (1980) observa que, com o renascimento, os estratos superiores da sociedade poderiam se entregar ao *dolce far niente*, ou seja, se entregar ao desfrute de nada fazer. A vida cultural da classe ociosa se converteu, quase integralmente, em um jogo de sociedade no qual se valorizava o passar do tempo sem realizar nada de

produtivo. Isso era devido a um sentido de indignidade do trabalho, e como demonstração da capacidade pecuniária que permite uma vida de ociosidade, reflexo de prestígio, riqueza, poder e respeitabilidade social.

Contudo, diante do valor ético e religioso do trabalho ressaltado pelas idéias puritanas, na Modernidade a conduta ociosa passou a representar um grave perigo pessoal e social. A nascente burguesia industrial adotou profundamente este pensamento, valorizando a laboriosidade e combatendo os prazeres e distrações “nocivos” – aparentemente, nocivos às camadas pobres (como alcoolismo, algazarra, prostituição, jogos de azar). Mas, na realidade, muito mais prejudiciais ao processo produtivo capitalista em desenvolvimento, que demandou uma nova disciplina de trabalho (como enfatizado por Thompson, 1998).

Este pensamento foi difundido na Europa Moderna, período em que ocorreram diversas transformações fundamentais para a compreensão do lazer. Como, em geral, efetuar discussões sobre o lazer na Modernidade é um ponto (em certa medida) “pacífico” entre os partidários das duas correntes, é importante acrescentar ao debate mais algumas informações. Os argumentos que se seguem são o ponto de partida para se conhecer os elementos constitutivos da segunda abordagem, baseada no pressuposto de que o surgimento do lazer está atrelado às transformações processadas pela Revolução Industrial.

A tese de que o lazer sempre existiu é refutada por vários pesquisadores, destacando-se Joffre Dumazedier (1979). Ao analisar as sociedades do período arcaico, o autor sublinha que trabalho e jogo estão associados às festas pelas quais o homem participa do mundo dos ancestrais. Embora sejam diferentes, trabalho e jogo possuem significações de mesma natureza na vida da comunidade: eles se mesclam, e a oposição entre ambos é menor ou inexistente. Por este motivo, o autor considera que o lazer (entendido como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode ser entregar de livre vontade após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais) é um conceito inadapado ao período arcaico.

Segundo sua interpretação, o lazer tampouco existe nas sociedades pré-industriais, pois o trabalho se inscreve nos ciclos naturais dos dias e das estações do ano. Seu ritmo é natural, sendo cortado por pausas, cantos, jogos e cerimônias – não há, pois, um corte nítido entre trabalho e repouso, mas uma sucessão de domingos e festejos que dependem do culto. “Embora as civilizações tradicionais da Europa tenham conhecido mais de 150 dias sem trabalho por ano, não nos parece possível aplicar o conceito de lazer para analisá-los.” (Dumazedier, 1979, p. 26-27).

Dumazedier não acredita que a ociosidade dos filósofos da antiga Grécia ou dos fidalgos do século XVI possa ser chamada de lazer. Estes privilegiados de sorte, cultos ou não, sustentavam sua ociosidade com o trabalho de escravos, camponeses ou valetes. Portanto, esta ociosidade não se define em relação ao trabalho, não é nem um complemento nem uma compensação: é um substituto do trabalho. “O lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe” (p.28).

O sociólogo explica que, obviamente, o tempo fora do trabalho é tão antigo quanto o próprio trabalho. Entretanto, o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da revolução industrial. Duas condições foram imprescindíveis para que o lazer se tornasse possível para a maioria dos trabalhadores, coexistindo apenas nas sociedades industriais e pós-industriais: (a) Nas sociedades industriais, trabalho e lazer escapam dos ritos coletivos. Mesmo que sejam exercidos determinismos sociais sobre as preferências das pessoas, o lazer depende da livre escolha de cada um. (b) O trabalho profissional destacou-se das outras atividades ao adquirir um limite arbitrário, não mais sujeito à natureza. Como o trabalho possui uma organização

específica, o tempo livre é nitidamente separado dele. “Quando o lazer penetra na vida rural das sociedades modernas, é porque o trabalho rural tende a organizar-se segundo o modo de trabalho industrial e porque a vida rural está penetrada pelos modelos da vida urbana que correspondem a ele” (Dumazedier, 1979, p.28).

Em síntese, o sociólogo francês defende o pressuposto de que o lazer foi gestado nas sociedades industriais avançadas – capitalistas ou socialistas. De acordo com as suas palavras, o lazer “corresponde a uma liberação periódica no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho” (p.28). Tal compreensão pode ser datada, pois a chamada Revolução Industrial foi deflagrada na Grã-Bretanha no século XVIII com a invenção da máquina a vapor (1769), o que gerou aproximadamente no decurso do século XIX uma progressiva redução da jornada de trabalho.

Além de Dumazedier, outros autores consideram o lazer como um fenômeno característico das modernas sociedades urbano-industriais.

Nelson Marcellino (1983) afirma que a gestação do fenômeno lazer, como esfera própria e concreta, ocorreu a partir da revolução industrial, em decorrência dos avanços tecnológicos que acentuaram a divisão do trabalho. Dessa forma, para o autor o lazer é resultante da nova situação histórica em que o progresso tecnológico permitiu alcançar maior produtividade com menos tempo de trabalho. O lazer surge como resposta às reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado do trabalho, mesmo que fosse apenas para reposição de energias.

Victor Melo e Edmundo Alves Júnior (2003) também procuram refletir sobre este aspecto. Para os autores o lazer não nasceu na Grécia antiga, não surgiu em Roma e também não apareceu na Idade Média. Foi no quartel final do século XVIII, com a implantação do modelo de produção fabril, que ocorreu uma artificialização dos tempos sociais. No seio deste processo, típico da modernidade, “surgiu o que hoje definimos como lazer” (p.6). Os sentidos e significados deste fenômeno se estabeleceram, assim, no âmbito das tensões entre os detentores dos meios de produção e as camadas populares que vendiam a sua força de trabalho.

Esta abordagem não está isenta de críticas, e algumas dela já foram sinalizadas anteriormente. Uma das finalidades da obra *Lazer: Necessidade ou novidade?*, de autoria de Medeiros (1975), é justamente oferecer subsídios para refutar a tese oponente. Munné (1980), ponderando sobre os argumentos de Dumazedier, considera forçosa e falaz a conclusão de que o lazer seja um produto da civilização moderna. Pontua, ainda, que o sociólogo francês reduz, por definição, qualquer possível manifestação histórica do lazer (“ocio”) à mera desocupação ou ociosidade, o que não procede.

Assim, a acirrada polêmica permanece... o que instiga a retomada de algumas reflexões.

Obviamente, é questionável denominar de “lazer” a vida social dos gregos da antiguidade. Mas, indubitavelmente, conhecer e considerar as peculiaridades daquela e de outras realidades que compõem a nossa história pode fornecer expressivas contribuições para apreendermos o processo de constituição do lazer. Afinal, é inegável que a vivência das manifestações e tradições culturais da humanidade podem auxiliar a compreensão dos significados comumente atribuídos ao lazer em nosso contexto. Embora algumas idéias tenham que ser repensadas e revistas, este é um lado da questão que ressalta o valor dos estudos daqueles que acreditam não ser o lazer um fenômeno recente.

Por outro lado, também é notório que a era moderna foi fundamental para que o lazer se estabelecesse como um fenômeno autônomo, normativo e organizado, configurando-se *da forma como o conhecemos hoje*. Este período também foi palco para

o estabelecimento de importantes reivindicações operárias, o que ressalta a valor deste movimento histórico e social para o lazer (Werneck, 2003).

Vale lembrar que o processo de institucionalização e “autonomização” do lazer foi impulsionado por vários fatores, dentre os quais a urbanização, o avanço tecnológico, a difusão da concepção do tempo mecânico, a industrialização, o desenvolvimento modo de produção capitalista e a concretização de projetos sociais, políticos e pedagógicos condizentes com os valores hegemônicos em cada momento histórico. Tais considerações reconhecem a importância da obra dos autores que se debruçam sobre o lazer adotando a Modernidade como referência para suas análises.

Valorizar os conhecimentos produzidos por partidários de abordagens distintas não significa “ficar em cima do muro”, ou propagar um suposto consenso entre as duas correntes de pensamento que divergem no que diz respeito à ocorrência histórica do lazer. Significa tomar esses saberes como ponto de partida para novas reflexões.

Alguns autores são contundentes ao afirmar que o lazer *surge* no século XVIII, ou no XIX. Será?

Os argumentos elaborados por Dumazedier (1979) – notadamente no que se refere à consideração do lazer como fenômeno característico da civilização nascida da Revolução Industrial – refletem seu empenho em conferir à chamada “Sociologia do lazer” o estatuto de ciência. A seu ver, toda teoria sociológica deveria apresentar três propriedades: ser deduzida de uma teoria mais geral; possuir uma coerência lógico-dedutiva e demonstrar que nenhum fato importante está em contradição com ela. Para ser reconhecida como um ramo especializado da Sociologia, os pesquisadores do lazer precisavam fazer um recorte do objeto estudado; elaborar hipóteses e verificá-las; utilizar estratégias metodológicas confiáveis, formular quadros de referência e apontar categorias de análise, entre outros procedimentos de cunho positivista. Esses encaminhamentos poderiam distinguir a “Sociologia do lazer” dos outros ramos já estabelecidos: Sociologia do trabalho, Sociologia da família, Sociologia da religião, etc.

O autor pontua que adotou o procedimento indutivo para determinar as variáveis pertinentes no domínio da produção do tempo livre e, depois, do tempo de lazer nas sociedades industriais. Em virtude deste aspecto, como as manifestações culturais vivenciadas antes da revolução industrial se mesclavam com as outras dimensões da cultura, considerar a realidade vivida nesta época inviabilizaria a legitimação da “Sociologia empírica do lazer”. Reconhecer que o arcabouço teórico formulado por Dumazedier tenha sido coerente e importante não significa que tenhamos que concordar, integralmente, com as idéias por ele defendidas.

É demasiado arriscado definir, com exatidão, o momento histórico em que o lazer se configura na sociedade ocidental. A busca pela compreensão do passado é sempre uma tarefa restrita, mutilada e hermética. Nesta direção, resalto um instigante exercício: Percorrer obras de época em busca de elementos que auxiliem a compreensão do processo de constituição histórica do lazer. Os dicionários, por exemplo, mesmo sendo pejorativamente considerados “senso comum”, reúnem os termos empregados no vocabulário de uma determinada língua, bem como os significados a eles atribuídos em cada contexto histórico, pois, um determinado entendimento pode transformar-se e evoluir-se ao longo dos tempos.

Em meados do século XVIII, a famosa *Enciclopédia* (1751) idealizada pela burguesia “iluminada” pontuou o francês *loisir* como um tempo vago deixado pelas nossas obrigações, do qual poderíamos dispor de maneira “agradável, honesta e virtuosa”, caso nossa educação tivesse sido “adequada”. A obra salienta que as atividades livres (*loisirs*) eram a parte da vida que mais nos honrariam, e da qual nos

recordaríamos com o maior consolo ao chegar o momento de abandonar a vida. Desta forma, a *Enciclopédia* salientava que as boas ações que compunham o lazer “apropriado” eram realizadas por gosto e com sensibilidade seriam determinantes para o “nosso próprio benefício” (Munné, 1980).

A publicação da *Enciclopédia* precede a invenção da máquina a vapor e, na obra, já identificamos a emissão de juízos de valor sobre o lazer. Embora a Revolução Industrial tenha sido um processo, ela ainda não estava em curso na França neste período. Apesar de reconhecer o mérito da produção de Dumazedier e de outros autores que seguem o seu pensamento, as evidências indicam ser um equívoco afirmar que o lazer é um fenômeno observável apenas nas civilizações industriais avançadas.

Na Coleção de “Obras Raras” da *Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro, o termo lazer foi identificado em dois dicionários de língua portuguesa: o primeiro data do século XIX, o outro, do século XVIII. Bluteau (1789) deriva o termo lazer do inglês *leisure* com os significados de vagar, comodidade. D’Almeida e Lacerda (1859), por sua vez, apresentam dois termos: “lazêr” e “lezêr”. Ambos são derivados do francês *loisir* e apresentam os seus significados “antigos”: enquanto o primeiro também é entendido como vagar, comodidade, espaço; o segundo é considerado descanso, folga, vagar – além de remeter o leitor ao verbete lazer. De acordo com os autores portugueses, ambos verbetes se tratam, portanto, de um mesmo objeto.

No século XIX, vagar queria dizer “ficar livre, desocupado”, sendo o termo oposto à pressa e tomado como sinônimo de ócio, de tempo desocupado, de “falta de diligência” (D’Almeida, Lacerda, 1859, p.374). A mesma obra apresenta o significado de folgar como alegrar, dar folga, divertir-se com folganças, alegrar-se, regozijar-se, divertimento, função de prazer e recreio.

Todas as palavras acima, embora denotem sentidos imprecisos, guardam relação com o lazer nos contextos em questão. Até agora, nenhuma novidade além do que já foi discutido, principalmente porque o lazer continua sendo referenciado nos séculos XVIII e XIX.

Segundo Machado (1969), a forma arcaica do vocábulo lazer era *lezer*, palavra que remonta ao século XIII com o significado de preguiça, pouca vontade de trabalhar. Tal informação sobre o lazer nos reporta ao contexto medieval. Mas, como o autor não apresenta os elementos que o permitiram fazer esta afirmação, ainda deixa dúvidas com relação à procedência desta localização histórica.

Entretanto, além de Houaiss e Villar (2001) confirmarem a datação do vocábulo *lezer* (século XIII), assinalam o ano de 1619 como aquele em que a palavra *lazer* é registrada em documentos medievais da língua portuguesa. Os autores esclarecem que estas datações foram obtidas mediante consulta ao fichário completo do “Índice do Vocabulário de Português Medieval” (IVPM), que integra o acervo do Setor de Filologia da *Casa de Rui Barbosa*, no Rio de Janeiro. Segundo informações fornecidas pelos pesquisadores, este fichário abriga mais de 170 mil fichas, contendo a transcrição de passagens documentais extraídas de mais de uma centena de textos medievais.

De acordo com os autores, o lazer representa: (a) o tempo que sobra do horário de trabalho e/ou do cumprimento de obrigações, aproveitável para o exercício de atividades prazerosas; (b) atividade que se pratica neste tempo; (c) cessação de uma atividade, descanso, repouso. Os sinônimos e variantes do lazer são: folga e passatempo.

Obviamente, os significados de lazer apresentados Houaiss e Villar são mais precisos e elaborados do que os sentidos encontrados nos dicionários dos séculos XVIII e XIX, uma vez que guardam relação com o nosso contexto atual, no qual a palavra lazer já integra o vocabulário comum em muitas localidades. Todavia, os autores têm o

mérito de acrescentar mais uma valiosa informação ao debate: o registro da palavra lazer, com esta grafia, em um documento datado do ano de 1619 – ou seja, do início do século XVII, que pode ser visto como um período que precede as civilizações industriais européias, especialmente as “avançadas”. Ademais, se “lezer” era a forma arcaica do vocábulo lazer, quer dizer que no século XIII já vinham sendo anunciados alguns significados que são importantíssimos para o objeto de nossas reflexões.

Concluindo, a discussão sobre o assunto não se esgota com essas ponderações iniciais, que sublinham a necessidade de entender o lazer em sua complexidade histórica, social, política, cultural e semântica, explicitando suas condições de realização em nosso meio. Fica, assim, o convite para o desenvolvimento de outras reflexões e pesquisas sobre a ocorrência histórica do lazer.

Christianne Luce Gomes

Fontes bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1999.
- BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. (Tomo segundo)
- D’ALMEIDA, José Maria; LACERDA, Araújo C. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1859.
- DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MACHADO, José P. *Lazer. Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência Ltda., 1969. v. II.
- MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 1983.
- MEDEIROS, Ethel B. *Lazer: Necessidade ou novidade?* Rio de Janeiro: Sesc, 1975.
- MELO, Victor A., ALVES JÚNIOR, Edmundo D. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- MUNNÉ, Frederic. *Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trillas, 1980.
- MUNNÉ, Frederic; CODINA, Núria. *Ocio y tiempo libre: Consideraciones desde una perspectiva psicosocial. Licere*. Belo Horizonte, v.5, n.1. p.59-72, set. 2002.
- THOMPSON, Edward P. *Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial*. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora UFMG/CELAR, 2000.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Recreação e lazer: Apontamentos históricos sobre os saberes construídos e possibilidades de encaminhamento no contexto da educação física*. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder F. *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.